

CHILD FUND BRASIL – FUNDO PARA CRIANÇAS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

CHILD FUND BRASIL – FUNDO PARA CRIANÇAS**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019****CONTEÚDO**

Relatório dos auditores independentes

QUADRO 1 – Balanço patrimonial

QUADRO 2 – Demonstração do superávit/ (déficit) do exercício

QUADRO 3 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

QUADRO 4 – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO MG – 2020/079

Aos Administradores do
CHILD FUND BRASIL – FUNDO PARA CRIANÇAS
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **CHILD FUND BRASIL – FUNDO PARA CRIANÇAS** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do superávit/déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **CHILD FUND BRASIL – FUNDO PARA CRIANÇAS** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (NBC ITG 2002 R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº: 25, em 03 de outubro de 2014, a Entidade teve toda a sua documentação fiscal referente aos exercícios de 2010 e 2011 destruídas por incêndio ocorrido nas instalações de prestador. A Administração da Entidade informou-nos que não houve perdas econômicas decorrentes desse sinistro e que é baixa a probabilidade de que sejam futuramente detectadas e mensuradas novas perdas decorrentes desse assunto. Nossa opinião não está ressalvada com relação a este assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 17 de abril de 2020



Gilberto Galinkin
Contador CRC MG - 035.718/O-8
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1



Cristina Braga de Oliveira
Contadora CRC MG - 079.371/O-6
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1

BALANÇO PATRIMONIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

| ATIVO | Notas Explicativas | 2019 | 2018 | PASSIVO | Notas Explicativas | 2019 | 2018 |
|---|-------------------------------|--------------|--------------|--|-------------------------------|--------------|--------------|
| CIRCULANTE | | | | CIRCULANTE | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 1.496 | 1.765 | Fornecedores | | 59 | 17 |
| Adiantamento a funcionários | | 4 | 34 | Ordenados e salários a pagar | 9 | 1 | 1 |
| Adiantamento a terceiros | 5 | 58 | 20 | Impostos e contribuições a recolher | | 118 | 85 |
| Estoques | 6 | 208 | - | Doações a repassar | 10 | 393 | 23 |
| Despesas do exercício seguinte | | 4 | 6 | Contribuições a repassar | 11 | 850 | 1.489 |
| Creditos a receber | | 37 | 32 | Provisão de férias e encargos | 12 | 290 | 259 |
| Receb. a serem destinados | | 1 | 332 | | | | |
| Total do ativo circulante | | 1.808 | 2.189 | Total do passivo circulante | | 1.711 | 1.874 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | NÃO CIRCULANTE | | | |
| Propriedades para investimento Imobilizado | 3.j 7 | - 3.667 | - 4.067 | Patrimônio social | 13 | 1.434 | 727 |
| Intangível | 8 | 290 | 28 | Reserva de reavaliação | | 2.887 | 2.976 |
| | | | | Déficit (superávit) acumulado | | (267) | 707 |
| Total do ativo não circulante | | 3.957 | 4.095 | Total do passivo não circulante | | 4.054 | 4.410 |
| TOTAL DO ATIVO | | 5.765 | 6.284 | TOTAL DO PASSIVO | | 5.765 | 6.284 |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO PERÍODO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais)**

| | Notas Explicativas | 2019 | 2018 |
|---|-------------------------------|----------------|----------------|
| RECEITAS ORDINÁRIAS | | | |
| Doações internacionais | 14 | 19.337 | 16.634 |
| Doações nacionais | 14 | 6.674 | 6.682 |
| Convênios corporativos - P&G | 15 | 492 | 350 |
| Trabalho voluntário | 18 | 39 | 50 |
| | | 26.542 | 23.716 |
| DESPESAS CONCESSÃO DE GRATUIDADES | | | |
| Gratuidades | 16 | (21.585) | (17.561) |
| SUPERÁVIT ORDINÁRIO | | 4.957 | 6.155 |
| RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS | | | |
| Pessoal e encargos | | (2.796) | (2.662) |
| Impostos e taxas | | (13) | (13) |
| Serviços de terceiros | | (1.422) | (981) |
| Despesas P&G | | (446) | (311) |
| Renúncia fiscal – despesas contribuição previdenciária | 22 | (824) | (723) |
| Renúncia fiscal - receita contribuição previdenciária - | 22 | 824 | 723 |
| Receitas distribuição saches P&G | | (377) | 82 |
| Despesas distribuição saches P&G | | 377 | (82) |
| Despesas trabalho voluntario | | (39) | (50) |
| Despesas com depreciação e amortização | 20 | (226) | (256) |
| Despesas com viagens | | (682) | (501) |
| Despesas postais | | (141) | (120) |
| Despesas c/taxas e condomínio | | (136) | (98) |
| Despesas c/taxas e contribuições | | (65) | (59) |
| Despesas c/ telecomunicações | | (140) | (133) |
| Despesas c/energia elétrica | | (45) | (50) |
| Despesas gerais | 19 | (384) | (256) |
| Receitas financeiras | | 67 | 34 |
| Despesas financeiras | | (236) | (231) |
| Receitas de aluguéis | 21 | 129 | 183 |
| Alienação ou baixas de bens ativo imobilizado | | 1.270 | - |
| Outras receitas (despesas) | | (8) | (46) |
| LÍQUIDO RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS | | (5.313) | (5.550) |
| (DÉFICIT) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO | | (356) | 605 |

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em reais)**

| Composição | Patrimônio social | Reservas de reavaliação | Superávit / (Déficit) acumulado | Total |
|--------------------------------------|--------------------------|--------------------------------|--|--------------|
| EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 | 840 | 3.078 | (113) | 3.805 |
| Incorporação do déficit acumulado | (113) | - | 113 | - |
| Realização da reserva de reavaliação | - | (102) | 102 | - |
| Superávit do período | - | - | 605 | 605 |
| EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 | 727 | 2.976 | 707 | 4.410 |
| Incorporação do superávit acumulado | 707 | - | (707) | - |
| Realização da reserva de reavaliação | - | (89) | 89 | - |
| Deficit do período | - | - | (356) | (356) |
| EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 | 1.434 | 2.887 | (267) | 4.054 |

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

| | 2019 | 2018 |
|---|-----------------|-----------------|
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Recebimentos | | |
| Doações e parcerias | 26.542 | 23.079 |
| Aluguéis | 129 | 183 |
| Recebimento de juros | 67 | 34 |
| | 26.738 | 23.296 |
| Pagamentos | | |
| Fornecedores | (5.897) | (4.427) |
| Salários e ordenados | (4.338) | (3.869) |
| Impostos e contribuições | (15) | (13) |
| Tarifas bancárias | (236) | (234) |
| Subsídios para projetos | (17.791) | (13.693) |
| Outros pagamentos | - | (45) |
| | (28.277) | (22.281) |
| CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | (1.539) | 1.015 |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | | |
| Recebimento pela desapropiação imóvel | 1.270 | - |
| Pagamento pela compra de imobilizado e intangível | - | (20) |
| CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | 1.270 | (20) |
| (Redução) Aumento líquido no no caixa e equivalentes de caixa | (269) | 995 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 1.765 | 770 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 1.496 | 1.765 |
| (Redução) Aumento líquido no no caixa e equivalentes de caixa | (269) | 995 |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em reais mil)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O ChildFund Brasil – Fundo para Crianças é uma entidade de assistência social de direito privado e sem fins lucrativos organizada sob a forma de associação de fins não econômicos, com atividade preponderante na área social, conforme o artigo 4º. Do Estatuto Social. Tem como objetivo realizar ações socioassistenciais de atendimento de forma continuada, permanente e planejada, por meio da prestação de serviços, execução de programas ou projetos e concessão de benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidas a famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, de forma gratuita, sem distinção de raça, cor, credo religioso ou político. Sua Administração é composta por Conselho de Administração, Assembleia Geral e Conselho Fiscal.

Foi constituído em 30 de agosto de 1966 e possui reconhecimento de utilidade pública em âmbitos Federal, Estadual e Municipal conforme Lei Federal nº 91/1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517/1961 e atendendo os critérios da Lei nº 13.019/2014. Registrado no Conselho Municipal de Assistência Social, Registrado no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), em análise do triênio 01/01/2018 a 31/12/2021 no MDS protocolado em 07/12/2017. Ademais mantém certificado junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte – CMDCA/BH sob o nº 00086/01.

Para manutenção do título, a Entidade está obrigada a apresentar anualmente o relatório circunstanciado dos serviços prestados à coletividade no ano anterior acompanhado das respectivas demonstrações financeiras.

Com atuação em sete estados (Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Goiás, Bahia e Piauí) apoia, técnica e financeiramente, entidades que desenvolvem programas de atendimento a crianças, adolescentes, famílias e comunidades em situação de risco social em regiões urbanas e rurais, como creches, escolas e centro de serviços, de acordo com as políticas básicas de atendimento determinadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e Convenção Internacional dos Direitos da Criança. A ênfase maior do trabalho do ChildFund Brasil está no processo de socialização, com a participação da família e da comunidade.

O ChildFund Brasil atua em 56 municípios. Atende cerca de 41 mil crianças, jovens e adolescentes apadrinhadas e não apadrinhadas, junto a organizações sociais parceiras. É mantido exclusivamente pelo sistema de apadrinhamento e de doações especiais de grupos de pessoas e empresas.

O ChildFund Brasil implementou em 2019 programas e projetos sociais, por meio de parcerias e finalizou o ano com 41 organizações sociais parceiras, que atuaram em comunidades em regiões urbanas e rurais, localizadas nos 7 estados atendidos, beneficiando cerca de 115 mil pessoas que vivenciam cotidianamente situações de pobreza, exclusão e vulnerabilidade social. As organizações que compõem a rede de parceiros são de caráter comunitário, geralmente formado por conselhos de pais, creches e grupos de apoio à criança e ao adolescente.

O ChildFund Brasil traçou para o triênio 2019-2021 uma estratégia de atuação baseada em uma profunda análise da pobreza infantil no Brasil. Trata-se da Estratégia de Desenvolvimento Social, norteadas nos ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Estratégia do ChildFund International, PNAS – Política Nacional de Assistência Social, dos conceitos de Privação, Exclusão e Vulnerabilidade (PEV) e do PEA – Planejamento Estratégico de Área junto às próprias crianças, adolescentes, jovens e suas famílias sobre a pobreza infantil. Os principais programas desenvolvidos: 1- Primeira Infância Saudável e Protegida, 2- Crianças e Adolescentes Saudáveis e Confiantes, 3- Jovens Capacitados e Participativos e 4- Família e Comunidade Segura e Protegida. Dentro dos 4 programas os projetos executados têm como base metodológica as tecnologias sociais: Olhares em Foco, Casinha de Cultura, Aflatoun, Aflateen, Animador Comunitário, Gold, MJPOP, Terapia Comunitária Integrativa, Brincando nos Fortalecemos, Bons Tratos em Família, Kit Família Fortalecida, Água Pura para Crianças, Luta pela Paz e REJUDES.

A Entidade possui aproximadamente 32,8 mil crianças apadrinhadas em 2019: 9.8 mil crianças apadrinhadas por brasileiros e 23 mil crianças por estrangeiros (Em 2018 também totalizou 34.3 mil crianças apadrinhadas sendo: 8.6 mil crianças apadrinhadas por brasileiros e 25.7 mil crianças por estrangeiros).

A queda do número de crianças apadrinhadas por estrangeiros reflete uma tendência mundial de redirecionamento das doações em virtude do atual cenário econômico financeiro do Brasil. Assim percebe-se uma migração das doações estrangeiras para países considerados mais pobres. Com relação ao apadrinhamento brasileiro, o aumento reflete o resultado das estratégias de mobilização de recursos.

O desafio do ChildFund Brasil é a busca pelo crescimento do apadrinhamento nacional para suprir as perdas dos padrinhos estrangeiros nos últimos anos, buscando novos parceiros neste mercado.

A Entidade, em conformidade com o seu estatuto social, não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de seu superávit como lucro ou participação em resultados, aplicando integralmente os seus recursos no País, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos refletidos, devidamente, em seus demonstrativos financeiros.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1.000). A Entidade está sujeita ainda à observância da Interpretação, NBC ITG 2002 - Entidade Sem Finalidade de Lucros, do Conselho Federal de Contabilidade.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas com base no custo histórico.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da ChildFund Brasil. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

- Vida útil dos ativos - Notas 3.c e 3.d
- Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) - Nota 3.c
- Provisões e contingências - Nota 3.e
- Ajuste a valor presente - Nota 3.g
- Reconhecimento dos trabalhos voluntários – Nota 3.h

2.5 Aprovação das demonstrações financeiras

A Administração do ChildFund Brasil autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 24 de abril de 2020, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras.

2.6 Critérios Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo as observações contidas na Nota 3.j – Políticas Contábeis e Mudança de Estimativa.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela ChildFund Brasil na elaboração das demonstrações financeiras são como seguem:

a. Receitas e despesas

As receitas oriundas de doações, subvenções e contribuições recebidas mediante constituição ou não de fundos, são registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da Entidade, conforme determina a NBC ITG 2002, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção de suas atividades são registradas pelo regime contábil da competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras que sejam de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que são sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

c. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e das depreciações acumuladas e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). A Entidade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

Apesar de possuir imóveis que se enquadra na definição de propriedade para investimento, a Entidade classificou os ativos como imobilizado, em consonância com a NBC TG 1000 (seção 16), tendo em vista que a Administração entende que os imóveis não serão avaliados pelo valor justo a cada balanço de forma contínua, sem custo ou esforço excessivos.

Um item de imobilizado é baixado quando alienado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do superávit (déficit) no exercício em que o ativo for baixado.

d. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas, são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no prazo ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado, consistente com a utilização da vida útil dos ativos intangíveis.

e. Provisões e Contingências

A provisão é reconhecida quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. No momento em que a Entidade é parte de processos judiciais e/ou administrativos, as provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos, internos e externos, da Entidade.

f. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, em base “pro-rata” dia. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente.

g. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo, quando existentes, são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

h. Reconhecimento dos trabalhos voluntários

Os trabalhos voluntários (receitas e despesas), inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, são reconhecidos pelo valor justo da prestação dos serviços como se tivessem ocorrido os desembolsos financeiros.

i. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método direto, são preparadas e apresentadas de acordo com a NBC TG 1000 (seção 07).

j. Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

As principais políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados com objetivo melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações contábeis da Entidade, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades. A Entidade no exercício de 2017 efetuou a reclassificação para o grupo Imobilizado dos imóveis anteriormente classificados como Propriedade para Investimentos, tendo em vista que os imóveis não serão avaliados pelo valor justo a cada balanço de forma contínua, sem custo ou esforço excessivos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A posição de caixa e equivalentes, em 31 de dezembro, estava assim representada:

| | 2019 | 2018 |
|---|--------------|--------------|
| Caixa | 4 | 4 |
| Bancos sem restrição | 78 | 218 |
| Bancos com restrição – Projeto Eclesiástico | 28 | 29 |
| Bancos com restrição - Subsídio | 320 | 237 |
| Aplicações Financeiras sem restrição | 738 | 13 |
| Aplicações Financeiras com restrição – Subsídio | 328 | 1.264 |
| | 1.496 | 1.765 |

As aplicações financeiras referem-se a aplicações efetuadas em Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, com remuneração variando de 5% a 98% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) em 31 de dezembro de 2019. Esses certificados podem ser resgatados a qualquer momento pela administração da Entidade sem qualquer ônus.

5. ADIANTAMENTO A TERCEIROS

Os recursos de parcerias em projetos referem-se a adiantamentos para as Organizações Sociais Parceiras para execução de projetos específicos com o objetivo de trazer melhorias para as famílias e comunidades, conforme demonstramos a seguir:

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|-------------------------------------|------------------|------------------|
| Catálogo Nacional | 55 | 9 |
| Adiantamento Desenvolvimento Social | - | 5 |
| Adiantamento Fornecedor | 3 | 6 |
| Total | <u>58</u> | <u>20</u> |

Os recursos de parcerias decorrem basicamente de doações referentes a campanhas do ChildFund Brasil e ChildFund Internacional.

6. ESTOQUE

Os valores na rubrica de estoque de terceiros, estão registrados pelo valor justo e referem-se a projeto executado em parceria com P&G - **Procter & Gamble**. Os itens estocados são saches individuais utilizados no projeto “Água Pura para Crianças”. Eles são distribuídos mensalmente para as famílias das comunidades através das Organizações Parceiras.

Em 31 de dezembro está demonstrado abaixo:

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|------------------------|-------------------|-----------------|
| Estoque Inicial | - | 82 |
| Distribuídos | (425) | (82) |
| Baixa perda | - | - |
| Recebidos | 633 | - |
| Estoque Final | <u>208</u> | <u>-</u> |

7. IMOBILIZADO

Todos os bens imobilizados da Entidade, incluindo o grupo de edificações, foram reavaliados conforme Laudo de Reavaliação emitido pela empresa Dhisa Auditores Associados, no. 481, datado de 31 de outubro de 2006, quando suas taxas de depreciação, vida útil remanescente e valores foram ajustados conforme laudo. Ademais a Entidade optou pela não adoção do custo atribuído (*deemed cost*) aos seus ativos imobilizados conforme facultado pelo CPC 27 e ICPC 10.

| | Taxa de depreciação ao ano % | 2019 | 2018 |
|-----------------------------------|-------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Terrenos | | 1.239 | 1.154 |
| Edificações | 2,5% a 4,0% | 3.368 | 4.006 |
| Máquinas e equipamentos | 8,0% a 11,0% | 187 | 170 |
| Móveis e utensílios | 8,0% a 10,0% | 29 | 35 |
| Veículos | 6,0% a 20% | 288 | 375 |
| Computadores e periféricos | 11% a 25% | 308 | 345 |
| | | <u>5.419</u> | <u>6.085</u> |
| Depreciação/Amortização acumulada | | <u>(1.752)</u> | <u>(2.018)</u> |
| | | <u>3.667</u> | <u>4.067</u> |

Conforme item 57 do CPC 27, a Entidade não alterou a forma de utilização do seu imobilizado, como também, não identificou desgastes e quebra relevante inesperada, progresso tecnológico e mudanças nos preços de mercado que indicassem que o valor residual ou vida útil dos ativos necessitassem de modificação.

A movimentação do imobilizado nos exercícios de 2019 e 2018, estão assim representados:

| | | | |
|----------------------------|--------------|----------------|--------------|
| Saldo em 31/12/2017 | 5.459 | (1.206) | 4.253 |
| Aquisições | 44 | - | 44 |
| Baixas | (19) | - | (19) |
| Depreciação | | (211) | (211) |
| Saldo em 31/12/2018 | 5.484 | (1.417) | 4.067 |
| Aquisições | 151 | | 151 |
| Baixas | (817) | 474 | (343) |
| Depreciação | - | (208) | (208) |
| Saldo em 31/12/2019 | 4.818 | (1.151) | 3.667 |

8. INTANGÍVEL

Com o objetivo de melhorar seus processos de gestão, em 2010 o ChildFund Brasil iniciou o processo de implementação do software de gestão integrada Peoplesoft doado pela empresa Oracle Sistemas do Brasil, em Maio de 2009. Desde seu início, a Entidade incorreu em gastos no montante de R\$ 809 mil, no processo de implantação do sistema.

A posição do intangível, em 31 de dezembro, estava assim representada:

| | <u>Taxa de amortização ao ano %</u> | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|-----------------------|-------------------------------------|-------------------|------------------|
| Softwares | 20% | 141 | 141 |
| Software PeopleSoft | 20% | 809 | 809 |
| Software em andamento | | <u>280</u> | |
| | | 1.230 | <u>950</u> |
| Amortização acumulada | | <u>(940)</u> | <u>(922)</u> |
| Saldo em 31/12/2019 | | <u>290</u> | <u>28</u> |

A movimentação do intangível nos exercícios de 2019 e 2018 estão assim representados:

| | <u>Custo</u> | <u>Depreciação</u> | <u>Líquido</u> |
|----------------------------|--------------|--------------------|----------------|
| Saldo em 31/12/2017 | 950 | (891) | 59 |
| Amortização | - | (31) | (31) |
| Saldo em 31/12/2018 | 950 | (922) | 28 |
| Aquisições | 280 | - | - |
| Amortização | - | (18) | (31) |
| Saldo em 31/12/2019 | 1.230 | (940) | 290 |

9. ORDENADOS E SALÁRIOS A PAGAR

A partir de julho de 2015, a Entidade alterou a data de pagamento de salário dos seus funcionários para o dia 25 do mês de competência, de forma que desde a referida data, esta conta passou a registrar a baixa do saldo a pagar nos fechamentos de cada mês.

10. DOAÇÕES A REPASSAR

No momento do recebimento das doações, os valores são registrados na rubrica "Doações a repassar". Ao serem identificados, estes são reclassificados de acordo com sua natureza.

Eventualmente, o saldo residual desta conta, refere-se a recursos ainda em processo de reconhecimento.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo residual foi de R\$ 393 mil (R\$ 22 mil em 2018), conforme a seguir:

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|---|-------------|-------------|
| Saldo anterior | 22 | 715 |
| Doações recebidas | 11.574 | 11.275 |
| Devolução de doações | (6) | (9) |
| Doações recebidas e identificadas conforme sua natureza | (11.197) | (11.959) |

| | | |
|--------------------|------------|-----------|
| Saldo final | <u>393</u> | <u>22</u> |
|--------------------|------------|-----------|

O ChildFund Brasil controla em contas patrimoniais os efeitos de gratuidade dos presentes de padrinhos destinados às crianças apadrinhadas (DFC's – Designated Fund Certificate), mantendo em seu passivo circulante os valores arrecadados para posterior repasse.

O saldo de DFC's repassado no exercício foi:

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|---------------------------------|--------------|--------------|
| DFC's de doações internacionais | 3.307 | 3.625 |
| DFC's de doações nacionais | 828 | 949 |
| | <u>4.135</u> | <u>4.574</u> |

11. CONTRIBUIÇÕES A REPASSAR

A Entidade reconhece as contribuições quando há segurança de que cumprirá as condições estabelecidas pelos parceiros e de que a subvenção será recebida ou quando já foi recebida. Em 31 de dezembro a Entidade possuía em seus livros os seguintes registros:

| Contribuições a apropriar passiva | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|---|-------------|--------------|
| Contribuição campanha Pague Menos | 14 | 14 |
| Contribuição Projeto P&G | 208 | - |
| Subsídios/DFC retidos a repassar | 628 | 1.475 |
| Total das contribuições a realizar | <u>850</u> | <u>1.489</u> |

12. PROVISÕES DE FÉRIAS E ENCARGOS

A posição de provisão de férias e encargos, em 31 de dezembro, estava assim representadas:

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|----------------------|-------------|-------------|
| Provisão para férias | 269 | 240 |
| Encargos s/ férias | 21 | 19 |
| | <u>290</u> | <u>259</u> |

13. PATRIMÔNIO SOCIAL

Os resultados dos períodos são mantidos na rubrica "Superávit/Déficit acumulado", enquanto não aprovados pela Assembleia Geral e, após a sua aprovação, são incorporados à conta de Patrimônio Social. O patrimônio social da Entidade em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 727 mil, representa o montante inicial aportado para início das atividades da Entidade, sendo aumentado ou reduzido anualmente em função do superávit ou déficit apurado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os resultados apurados foram, respectivamente, déficits de R\$ 356 mil e superávit de R\$ 605 mil.

14. DOAÇÕES

A Entidade recebeu doações e subvenções durante o exercício registradas em contas de receita da seguinte forma:

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|--------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Subsídios internacionais | 13.489 | 11.094 |
| Verbas do orçamento operacional | 3.075 | 3.048 |
| Verba PEF – Partners Effective Funds | 2.770 | 2.489 |
| Outras doações recebidas | <u>3</u> | <u>3</u> |
| Doações externas | 19.337 | 16.634 |
| Subsídios brasileiros | 3.815 | 3.538 |
| Arrecadações nacionais para custeio | 2.367 | 2.168 |
| Outras doações recebidas | <u>492</u> | <u>976</u> |
| Doações locais | 6.674 | 6.682 |
| | <u>26.011</u> | <u>23.316</u> |

As receitas com doações auferidas pela Entidade são provenientes do Brasil e do exterior, na forma de subsídios a organizações sociais parceiras e verbas especiais a projetos.

15. DOAÇÕES CORPORATIVOS

O ChildFund Brasil passou a partir de 2014 a controlar em contas de resultado os efeitos de gratuidade dos convênios corporativos para desenvolvimentos de projetos.

O saldo realizado de convênios corporativos foi:

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|-------------|-------------------|-------------------|
| Projeto P&G | 823 | 350 |
| | <u>823</u> | <u>350</u> |

Essas receitas são proporcionadas pelo sistema de apadrinhamento e parcerias com corporações, governos, entre outros.

16. CONCESSÃO DE GRATUIDADES

A Entidade mantém controle financeiro e realiza acompanhamento permanente sobre todas as verbas repassadas às organizações sociais parceiras. A cada repasse, a respectiva prestação de contas é obrigatória e, necessariamente, enviada ao ChildFund Brasil no prazo máximo de 20 dias do mês posterior ao do repasse, viabilizando o acompanhamento da coerência na aplicação das verbas. O objetivo do repasse por essas Organizações é, principalmente, de desenvolver e executar programas de Assistência Social de acordo com os planos de atividades elaboradas por elas.

De acordo com a Resolução 188 do CNAS, os valores repassados para as Organizações parceiras podem ser considerados como gratuidades, sendo registradas dentro do grupo de despesas ordinárias, conforme demonstrado a seguir:

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|--|----------------------|----------------------|
| Subsídios – Organizações Sociais Parceiras | 17.299 | 14.389 |
| Verbas especiais a projetos | 223 | 570 |
| Apoio a Programas Sociais (nota 17) | 4.063 | 2.602 |
| | <u>21.585</u> | <u>17.561</u> |

As verbas e subsídios recebidos foram enviados às Organizações Sociais Parceiras e são lançados em conta específica de despesa.

A seguir apresentação dos saldos repassados, segregados por Organização Parceira:

| Código | Organizações Parceiras | R\$ mil |
|---------------|---|----------------|
| 317 | Griasc | 202 |
| 318 | Grupo Crianças B.Nova Vida | 282 |
| 420 | C.C.C.T.Carentes Quitaius | 261 |
| 427 | Soc.Educação E Saúde À Família | 662 |
| 1052 | Assoc.Unidos Para O Progresso | 553 |
| 1058 | Assoc.Com.Cul.Agr.Vale Do Curu | 307 |
| 1289 | Proj.Alegria Da Criança | 798 |
| 1451 | Proj.Com.Sorriso Da Criança | 442 |
| 1458 | Proj.Frente Benef.Para Criança | 537 |
| 1471 | Projeto Criança Feliz | 727 |
| 1613 | Procaj | 569 |
| 1662 | Gedam | 304 |
| 1733 | Conacreje | 503 |
| 1736 | Assoc.Com.De Padre Paraíso | 549 |
| 1737 | Assoc.Com.Municipal De Medina | 435 |
| 1766 | Soc.Assistência À Criança | 321 |
| 1775 | Assoc.Com.Do Guarani | 356 |
| 2362 | Centro A.Crian.Adol.Conj.P.Vi | 233 |
| 3175 | Aprisco - Assoc.Promocio | 341 |
| 3176 | Assoc.Municipal De Assistência | 354 |
| 3177 | Abita - Assoc.Benef.De Itaporé | 308 |
| 3178 | Aplant | 322 |
| 3179 | Arai - Assoc.Rural Assistência | 460 |
| 3385 | Assoc.Recreativa Salonópoles | 160 |
| 3389 | União Popular Pela Vida | 415 |
| 3392 | Centro De Apoio À Criança | 925 |
| 3393 | Soc.Prot.A.Famílias Itapipoca | 278 |
| 3394 | Assoc.União Das Famílias/Assoc. Famílias do Pecem | 205 |

| | | |
|--------------|---|---------------|
| 3397 | Centro Social De Orós | 396 |
| 3718 | Associar | 275 |
| 3724 | Mov.De Ajuda Familiar De Ocara | 311 |
| 3729 | Soc.De Apoio À Família Carente | 248 |
| 3862 | Ampliar | 307 |
| 3863 | Achanti | 322 |
| 4000 | Amipro - Assoc.M.R.Carbonita | 532 |
| 4028 | Assoc.Moradores Cariri Mirim | 225 |
| 4029 | Assoc Morad. Bairros Frutilândia e Fulô do Mato | 109 |
| 9182 | Adecave | 314 |
| 9202 | Ajenai | 279 |
| 9682 | Ascai - Assoc.Cr.Adol.Itaobim | 457 |
| 9683 | Araic-Assoc.R.A.F/J Comercinho | 316 |
| 9803 | Asscad | 542 |
| 9804 | Ass. de prom.e assist. a infância e juventude | 403 |
| 9805 | Associação Futuro Melhor PROFUTURO | 355 |
| 9807 | PACE | 99 |
| TOTAL | | 17.299 |

17. APOIO A PROGRAMAS SOCIAIS

A verba destinada a “Apoio a Programas Sociais” é utilizada para monitoramento da execução das atividades nas Organizações Sociais Parceiras, realizado pelos escritórios regionais. Dentre as principais despesas, podemos destacar:

| | 2019 | 2018 |
|-------------------------|---------------------|---------------------|
| Honorários de Auditoria | 177 | 223 |
| Serviços contratados | 900 | 500 |
| Despesas c/ postais | 205 | 203 |
| Despesas com pessoal | 1.394 | 964 |
| Despesas gerais | 185 | 121 |
| Despesas com viagens | 1.125 | 503 |
| Reuniões e conferências | 22 | 18 |
| Materiais para projetos | 55 | 70 |
| | <u>4.063</u> | <u>2.602</u> |

18. TRABALHO VOLUNTARIO

São basicamente divididos em três grupos, Governança, Gestão e Grupos de trabalho. Na Governança são classificados os trabalhos voluntários do Conselho Administração e Fiscal. Nos Grupos de trabalho são classificados os trabalhos voluntários dos participantes do Grupo de Trabalho de Finanças, Compliance, Recursos Humanos e Desenvolvimento Social.

Na Gestão são classificados os trabalhos voluntários dos Comitês. Os trabalhos voluntários do Grupo Governança foram mensurados com base nos valores praticados por esses profissionais no mercado para o cargo.

| | <u>Reuniões</u> | <u>Participantes</u> | <u>Horas</u> |
|-------------|-----------------|----------------------|--------------|
| 2019 | | | |
| Governança | 2 | 12 | 16 |
| 2018 | | | |
| Governança | 2 | 16 | 16 |

Os valores apresentados na demonstração dos resultados estão assim compostos:

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|------------|-------------|-------------|
| Governança | 39 | 50 |
| | <u>39</u> | <u>50</u> |

19. DESPESAS GERAIS

O grupo de despesas gerais considera diversas despesas necessárias à operacionalidade da Entidade, sendo as mais relevantes:

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|--|-------------|-------------|
| Despesas c/ reuniões, conferências e eventos | 6 | 16 |
| Despesas c/ material de escritório | 18 | 17 |
| Despesas c/ alimentação | 29 | 39 |
| Despesas c/ manutenção de instalações e equipamentos | 148 | 33 |
| Despesas c/ material de limpeza/higiene | 6 | 6 |
| Despesas c/ combustíveis | 17 | 16 |
| Despesas c/ estacionamento | 13 | 12 |
| Despesas c/ aluguel | 13 | 3 |
| Despesas c/ fotocópias | 10 | 11 |
| Bens de pequeno valor | 35 | 5 |
| Despesas c/ condução | 18 | 30 |
| Prêmio seguro | 8 | 11 |
| Publicações/publicidade | 4 | 9 |
| Brindes e presentes | 8 | 12 |
| Outras | 51 | 36 |
| | <u>384</u> | <u>256</u> |

20. DESPESAS COM DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Após reavaliação dos bens do ativo imobilizado, conforme laudo emitido pela empresa Dhis Auditores Associados, no. 481, em 31 de outubro de 2006, a Entidade passou a registrar os efeitos da depreciação dos bens reavaliados no resultado do exercício, com base na vida útil informada no laudo, sendo a reserva correspondente simultaneamente transferida para a rubrica “Déficit ou Superávit acumulado no Patrimônio Líquido”. Os efeitos de depreciação correspondentes à reavaliação e ao custo original no resultado do exercício podem ser assim demonstrados:

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Despesas de depreciações (custo líquido) | 119 | 123 |
| Despesas de amortizações (software) | 18 | 31 |
| Despesas de depreciações/amortizações (custo reavaliado) | <u>89</u> | <u>102</u> |
| | <u>226</u> | <u>256</u> |

21. RECEITAS DE ALUGUÉIS

As receitas de aluguéis são oriundas de imóveis situados em Minas Gerais e Ceará. Em novembro de 2013, os imóveis CEIA e CEDI foram cedidos em comodato à Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza.

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Salas do Edifício Work Center - BH | 110 | 160 |
| Salas/Vaga garagem do Edifício Top Center - Fortaleza | <u>19</u> | <u>23</u> |
| | <u>129</u> | <u>183</u> |

22. RENÚNCIA FISCAL

Em função da isenção tributária quanto ao INSS patronal, por se tratar de Entidade sem fins econômicos, devidamente regularizada nos órgãos normativos, o ChildFund Brasil se beneficiou dos seguintes montantes de isenção nos exercícios de 2019 e 2018:

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| INSS Patronal - Fopag | 774 | 666 |
| INSS Patronal – Autônomos | 33 | 41 |
| INSS Patronal – Cooperativas | <u>17</u> | <u>16</u> |
| | <u>824</u> | <u>723</u> |

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado, conforme descrito abaixo.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa - estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

24. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2019, a Entidade mantinha cobertura de seguros para seu imobilizado em montante considerado pela mesma suficiente para cobrir eventuais sinistros.

25. INCÊNDIO NA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE GUARDA DE DOCUMENTAÇÃO DO CHILDFUND BRASIL

Em 03 de outubro de 2014, a Memovip teve parte das instalações de sua sede incendiada (Laudo pericial 0000542/15 da Primeira Delegacia da Polícia Civil/Contagem) que resultou na queima, com conseqüente perda total da documentação fiscal no período de 2010 e 2011.

A Administração entende que é baixa a probabilidade de que sejam futuramente detectadas e mensuradas novas perdas decorrentes desse assunto.

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2019

Gerson Pacheco
Diretor Nacional

Eduardo Henrique Ramalho França
Gerente Financeiro

Sérgio Alexandre dos Santos Filho
Contador CRC MG 108686/O-8